

PARO, Vitor Henrique et al. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público.** São Paulo, Cortez, 1988. 232p.

O livro analisa exaustivamente duas experiências educacionais, uma no Rio de Janeiro — "Centro integrado de Educação Pública" (CIEF) e outra em Assis, São Paulo — "Programa de Formação Integral da Criança" (PROFIC), que têm por objetivos a implantação de projetos alternativos de escolas públicas de tempo integral.

Esses projetos apresentam como justificativas para sua criação, a necessidade de resolver a questão social e educativa do "menor" abandonado que, nos grandes centros urbanos, é considerado como problema de segurança da população. Tendo em vista situação crítica, a escola de período integral apresenta-se como solução alternativa para tirar o "menor" da rua e proporcionar-lhe um período diário de aprendizagem, bem como representar, ao mesmo tempo, a realização prática de justiça social a essa sofrida parcela da população marginalizada. Outro aspecto apresentado, também, como justificativa, consistiu na insuficiência do turno de quatro horas diárias para atender satisfatoriamente todo o **conteúdo educativo** adequado ao ensino de primeiro grau.

Quanto ao aspecto **metodológico**, os autores esclarecem, de início, que o trabalho está dividido em dois momentos: a realização de um **seminário** sobre o tema e a **pesquisa** de um trabalho de campo.

Com referência ao primeiro momento, o seminário teve por objetivo complementar o incipiente referencial teórico sobre o assunto e polemizar as questões a respeito do objeto de investigação, com a participação de estudiosos especialistas interessados na execução do projeto.

No segundo momento, o trabalho de campo focalizado consistiu

em utilizar o conhecimento das experiências para uma reflexão crítica sobre a escola pública de tempo integral.

Com base nos resultados desses dois momentos, o trabalho procurou embasar-se em três fontes: a) **nos discursos oficiais** sobre cada uma das propostas; **nas observações** diretas das experiências (CIEF e PROFIC); e, **nas entrevistas** com profissionais, alunos, pais e outros informantes envolvidos com a realização dos projetos.

Os autores organizaram o livro em três grandes capítulos: o primeiro descreve detalhadamente os CIEPs experimentais, realizados no governo Brizola, Rio de Janeiro; o segundo, trata especificamente de analisar a experiência educacional do Município de Assis, São Paulo; e o terceiro capítulo procura enfocar questões que se colocam sobre a escola pública de tempo integral.

No primeiro capítulo, verifica-se uma ampla descrição geográfica, física, estrutural dos CIEPs e um confronto com os discursos oficiais, ou seja, a filosofia que norteou a criação e implantação dessa experiência piloto, na área da educação pública, sob o regime de tempo integral.

Assim, nos CIEPs localizados preferencialmente em regiões de população pobre, são oferecidas, segundo Ribeiro (1986), aulas de primeiro grau, além de assistência médico-odontológica e quatro refeições diárias para essa clientela desamparada pela sociedade.

A intenção dos idealizadores dos CIEPs é que essa experiência, uma vez bem sucedida, fosse apresentada como **modelo** a ser generalizado a médio e longo prazos para a clientela de baixa renda das escolas da rede pública estadual.

Diante desta concepção, o CIEP se propõe como uma "escola-casa", que pretende respeitar os direitos das crianças pobres, oferecendo-

lhes as melhores condições para aprender. Segundo o discurso oficial, esse modelo de escola "não é considerado paternalista, mas realista".

Neste capítulo, os autores descrevem o bairro onde estão situados esses Centros, bem como a clientela da escola, cujas informações foram obtidas por professores, funcionários e alunos entrevistados, deixando bem caracterizadas as duas situações.

Por outro lado, o trabalho enfoca a concepção da educação baseada no discurso oficial sobre os CIEPs (publicações, documentos da consultoria pedagógica e as manifestações da Coordenadoria); no discurso dos profissionais (direção, professores, técnicos e animadores culturais); e na concepção de escola captada através da prática desses profissionais.

A respeito da análise das relações entre os discursos oficiais e prática desses profissionais, foi verificada pelos autores a expressão concreta de coerências e contradições entre os diversos discursos e a prática.

Os autores abordam, ainda, neste capítulo, os seguintes aspectos desse projeto: 1) a relação dos CIEPs com a rede pública de ensino do Rio de Janeiro; 2) a administração escolar do CIEP, cuja autoridade máxima está centrada no diretor-geral, como responsável por todo o processo de planejamento e execução do projeto; 3) a qualificação do pessoal, baseada num treinamento específico e prático das atividades pedagógicas; 4) a organização da aprendizagem, que decorre da articulação e funcionamento de suas estruturas; 5) a organização do espaço e do tempo, retratando o dia-a-dia do CIEP; 6) o aluno no contexto das relações interpessoais da escola, que aponta como melhoria nas condições de trabalho oferecidas pela escola: alimentação, banho diário e permanência de tempo integral; 7) e, finalmente, os alunos residentes, ou seja, crianças abandonadas, que encontram moradia e assistência prestada por um casal-residente nos CIEPs.

O segundo capítulo procura estudar e analisar a educação no mu-

nicípio de Assis e o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), que se preocupa com o atendimento de meninos fora do horário normal de aula.

Os autores descrevem, inicialmente, esse sistema experimental de Assis, que visa atender principalmente as crianças pobres que não tinham com quem ficar em casa ou em que se ocupar enquanto não estavam na escola. Esta preocupação estava voltada, sobretudo, para uma clientela da faixa etária de menos de sete anos, não absorvida pela rede pública estadual de primeiro grau. Por outro lado, se preocupava em atender, também, aquelas crianças que já frequentavam a escola pública, mas que, no horário não escolar, não era assistida pela família, em virtude do trabalho dos pais.

Para o atendimento de toda essa situação, segundo o projeto, foi instituída uma pré-escola de meio período, e conforme o caso, passaria ao sistema de tempo integral.

No final de 1986, essa iniciativa educacional de Assis junta-se ao PROFIC, que oferecia melhores condições financeiras, principalmente considerando o atendimento da criança em tempo integral.

A pesquisa faz referência, ainda, aos diversos empreendimentos da Prefeitura Municipal de Assis, como: os Centros Comunitários, que procuram "oferecer às pessoas e comunidade uma compreensão da vida e da sociedade, participando na solução de suas necessidades pessoais, sociais, econômicas, saúde, trabalho e educação"; o Centro de Iniciação ao Trabalho (CIT), que propõe atender "menores" de sete a dezessete anos, com o objetivo de, tirando-os da rua, oferecer-lhes oportunidades de exercerem atividades profissionalizantes de caráter não formal; o Setor Municipal de Ensino de Artes (SEMEARTE), que pretendia desenvolver o ensino de arte aberto à comunidade; a Biblioteca Infantil Circulante de Assis (BICA), destinada à orientação de leituras, narrações de histórias e empréstimos de livros para as crianças.

Os autores analisam, também, as concepções de educação presentes no Sistema de Assis, tomando por base três fontes: o discurso

oficial (informativo e documentos oficiais); os discursos de professores, a/unos e monitores, que atuam nos programas educacionais da Prefeitura; e as práticas desenvolvidas nos Centros Comunitários, designados por Itapura e Vila Primavera (nomes fictícios).

No final desse capítulo, foi analisado o aspecto da clientela atendida pelos programas de educação do Município de Assis. Segundo os entrevistados (professores do PROF/C), trata-se de crianças pobres de bairros periféricos que recebem assistência nos Centros Comunitários e no "Galpão Paroquial". Esses meninos, afirma uma professora entrevistada, "são aqueles que vivem sozinhos, alguns já com passagem pela polícia..." Outra professora do PROFIC/Assis acha que essas crianças gostam de estar lá porque "elas se sentem livres, têm espaço para jogar, que esse espaço é deles, um espaço conquistado..."

No último capítulo, os autores apresentam as questões suscitadas pela proposta-alternativa da escola pública de tempo integral. Neste particular, foi esclarecido que as propostas experimentais, tanto dos CIEPs/RJ (Ribeiro/86) quanto do PROFIC/SP (Mendes/86), reforçam a crença de que a escola pública de tempo integral contribuirá para a universalização do ensino, visto que, ao se apresentarem propostas de escola de jornada completa, acaba-se atingindo, automaticamente, o objetivo da universalização da escola, que só seria plenamente satisfatória através da escola de tempo integral. Na justificativa do PROF/C, por exemplo, fica suposto que já temos uma escola de meio período para todos e que, agora, diante da incompetência da escola, a solução é prolongar o tempo diário de escolaridade.

A questão da universalização do ensino, conforme foi analisada nesse texto, não pode ser tratada sem se considerar o próprio papel que a instituição escolar desempenha na sociedade. Assim, para Arroyo, "a escola constitui um espaço sócio-cultural, onde o aluno vai experimentando uma vivência coletiva, e formando uma concepção de mundo, de sociedade e de homem..."

Sobre este tema, ficou evidenciado que, tanto os CIEPs quanto o PROFIC trazem, explícita ou implicitamente, a preocupação com a referida universalização da instrução pública.

O trabalho fala, ainda, sobre a validade desses projetos experimentais de escola pública de tempo integral, afirmando que, "no momento presente, constituem tentativas de sanar deficiências profundas em duas áreas específicas de política social: a da educação e a da formação social". Por isso, afirmam que a escola pública de tempo integral surge, assim, como uma das "soluções novas" para os problemas gerados pela crise econômica, em especial a questão desafiante do "menor" abandonado.

Outro aspecto focado no trabalho a respeito da escola de jornada completa refere-se ao questionamento das famílias e dos próprios alunos, relativamente à qualidade da educação e dos serviços gerais prestados.

Finalmente, a obra analisa a **unidade e diversidade** existentes nas duas experiências. Assim, enquanto no CIEP o processo de socialização apóia-se em sua institucionalização de forma um tanto rígida, na experiência de Assis, esse mesmo processo se dá de forma mais espontânea, permitindo aos agentes envolvidos maior autonomia no desenvolvimento de suas atividades.

Talvez essa diferença, observam os autores, possa ser explicitada pelas concepções de socialização que perpassam uma e outra experiência. No CIEP, por exemplo, a socialização é entendida como "ressocialização" que procura transformar os alunos em "outros", enquanto na proposta de Assis isto não se faz presente.

No entender dos pesquisadores, essas duas experiências são extremamente válidas como propostas alternativas de educação.

Em suma, este livro expõe e analisa com muita clareza e objetividade duas experiências **sui generis** de escolas públicas de tempo integral (o CIEP/RJ e o PROFIC/SP), que contribuirão, evidentemente, não apenas para a elucidação de seus objetivos e relevância, mas também para o exame da viabilidade e concretização desses modelos alternativos de escola de tempo integral no ensino público brasileiro.

Samuel Aureliano da Silva
TAE/INEP